

Notícias breves

Indústria MEM: salários mínimos anexados à inflação graças ao CCT

O Contrato Coletivo de Trabalho da Indústria Metalomecânica, Eletrotécnica e Metalúrgica (MEM) suíça (CCT MEM) prevê que os salários mínimos sejam ajustados à evolução dos preços, com base no índice de inflação de outubro. A 31 de outubro, o índice nacional de preços ao consumidor registou um aumento de 3%, o que significa que os salários mínimos serão aumentados nesta percentagem a 1 de janeiro de 2023. Nos setores MEM, os salários reais de cada trabalhador são negociados em cada empresa e os salários mínimos do CCT têm de ser respeitados.

**Salvaguarda de postos de trabalho**

O pessoal (90% dos trabalhadores) da empresa British American Tobacco (BAT) em Boncourt (JU) incumbiu os sindicatos Unia e Syna de representar os seus interesses. A delegação do pessoal e os sindicatos tiveram um encontro com a administração da BAT e formularam as suas expectativas em conformidade com o procedimento de consulta previsto na lei. Após longas conversações, as partes chegaram a um acordo satisfatório. Nas próximas semanas a prioridade será encontrar caminhos para preservar os postos de trabalho na empresa, que tem uma longa tradição no cantão. As conclusões da delegação de consulta serão então apresentadas à administração da BAT e ao Governo do Jura, como previsto por lei.

LEI: consulta sobre o projeto de lei para a igualdade de direitos em matéria de reagrupamento familiar

A Lei relativa aos Estrangeiros e à Integração (LEI) discrimina os cidadãos suíços, em comparação com os cidadãos da UE e da EFTA, no que respeita ao reagrupamento de familiares provenientes de países terceiros. Esta discriminação é injusta e não pode continuar. Um projeto de lei da Comissão das Instituições Políticas do Conselho Nacional pretende alterar isso. O projeto de lei prevê o direito de reagrupamento familiar para os filhos de cidadãos suíços e de seus cônjuges até aos 21 anos de idade ou mais, bem como para familiares de cidadãos suíços ou dos cônjuges, em linha ascendente. A condição é que o sustento esteja garantido. À semelhança do Acordo sobre a Livre Circulação de Pessoas, é também necessário haver um alojamento adequado. Na sua reunião de 1 de setembro de 2022, a comissão aprovou o anteprojeto por 17 votos contra 7 para o procedimento de consulta, que durará até 9 de dezembro de 2022.

Grande ação do pessoal de cuidados de saúde – travar o êxodo do pessoal

Um ano após a aceitação pelos eleitores suíços da iniciativa de cuidados de saúde, 300 enfermeiros continuam a abandonar todos os meses a profissão. A fim de travar o êxodo, houve uma grande ação do pessoal de cuidados de saúde a 26 de novembro passado na Praça Federal, em Berna. Os participantes exigiram 5 medidas concretas: **salários/tempo de trabalho** – aumento salarial significativo para a mesma carga horária ou redução das horas de trabalho para o mesmo salário; **suplementos** – aumento substancial dos suplementos e créditos de horas existentes e introdução de suplementos para alterações no plano de serviço feitas a curto prazo; **férias** – mínimo 5 semanas até aos 49,6 semanas a partir dos 50,7 semanas a partir dos 60 anos de idade; **registo efetivo do tempo de trabalho e a sua compensação** – por ex., incluindo tempo para troca de vestuário, tempo de deslocação nos cuidados domiciliários; **serviços de cuidados e acolhimento de crianças** – subsídios para serviços de cuidados e acolhimento de crianças.

Negociações salariais no outono**Alguns trabalhadores recebem aumentos indexados à inflação**

O problema da inflação domina as negociações salariais neste outono. Os sindicatos exigem a indexação total dos salários à inflação. Em alguns casos, têm sucesso.

Sindicato Unia

Como o Horizonte 6 deste ano informou, alguns acordos salariais entre sindicatos e associações patronais apresentaram resultados positivos, como é o caso das limpezas da Suíça alemã e da hotelaria e restauração. Também a indústria relojoeira pagará, de forma geral, mais 3,5% para compensar a inflação, enquanto os trabalhadores com salários inferiores a 4372 francos receberão ainda mais. Por outro lado também há resultados decepcionantes: os aumentos salariais no Coop e no Migros são claramente inferiores à inflação, apesar de serem os trabalhadores que produzem os lucros das empresas.

Ainda estão em curso negociações salariais

Noutros ramos, tais como a indústria, as negociações salariais ainda estão a decorrer. As negociações continuam difíceis, mas os sindicatos não desistem. Há setores que tiveram ganhos muito bons no primeiro semestre do ano, diz Daniel Lampart, da União de Sindicatos Suíços: «Se consultarmos os relatórios anuais das empresas, verificamos que resultados «muito bons» ou «excelentes» constam de todos esses relatórios.» Este dinheiro tem de ser partilhado com os trabalhadores, que contribuíram para os bons resultados.

A Associação Patronal é contra a indexação à inflação

A Associação Patronal Suíça considera que, em média, só serão possíveis ajustes de 2% porque as empresas se deparam com incertezas. Daniel Lampart discorda, porque os resultados das empresas são muito bons. «Devemos, por conseguinte, lutar por aumentos que compensem a inflação de forma geral», diz ele. Mesmo assim: a maioria dos trabalhadores na Suíça deverá receber um aumento salarial que compense, pelo menos em parte, a subida do custo de vida em 2023.

15 000 trabalhadores da construção civil fizeram greve**Indignados, determinados e dispostos a lutar**

No total, 15 000 trabalhadores da construção civil fizeram greve em sinal de protesto contra os planos da Sociedade Suíça dos Empreiteiros da Construção Civil (SSEC) de deteriorar as condições de trabalho. Primeiro no Ticino, depois no noroeste da Suíça, dois dias depois na Suíça francesa e, finalmente, na Suíça alemã. Ao quinto dia, a onda de protestos chegou à sede da Sociedade Suíça de Empreiteiros da Construção (SSEC), em Zurique.

Hilmi Gashi

O Contrato Nacional de Trabalho (CNT) para o setor da construção expira no final do ano. As negociações com a SSEC para a renovação do CNT tiveram início em fevereiro. Durante muito tempo não se vislumbrou um acordo. Os construtores exigiam dias de trabalho mais longos, que podiam ir até 12 horas, menos direitos para os trabalhadores e cortes nos salários dos trabalhadores mais velhos. Conosco não! – disseram os trabalhadores da construção civil. Por isso, paralisaram o trabalho e foram para a rua nos cinco dias de protesto.

Muitos trabalhadores jovens

Muitos jovens trabalhadores da construção civil participaram nas ações, contribuindo para a passagem da tradição sindical às novas gerações. O aumento gradual da pressão no setor põe cada vez mais em perigo a saúde dos trabalhadores, aumentando o número de profissionais a abandonar o setor. Contudo, os construtores fazem cada vez mais pressão, piorando a situação dos trabalhadores e do setor. Os trabalhadores da construção civil precisam de mais proteção, não de mais pressão! Precisam de dias de trabalho mais curtos e o tempo de deslocação do estaleiro até ao local da obra deve finalmente ser pago na totalidade.

Acordo na última ronda negocial

A pressão vinda dos trabalhadores deu efeito: no dia 28 de novembro, na última ronda negocial, a SSEC e os sindicatos chegaram a um acordo. No momento em que fazemos o Horizonte, os sócios das organizações signatárias ainda têm de dar a sua aprovação ao acordo. Mas já é positivo que este tenha sido possível. O número de horas de trabalho anual, bem como o tempo de trabalho semanal manter-se-ão, havendo uma nova forma de regular as horas. O novo CNT será válido por três anos, passando a contagem das horas a funcionar de 1 de maio a 30 de abril do ano seguinte. E foi criado um grupo para discutir questões relacionadas com saúde e segurança no trabalho.

Apoio sindical

A luta dos trabalhadores da construção valeu a pena! Para isso, é fundamental a solidariedade entre trabalhadores e entre organizações sindicais. Agradecemos, por isso, as palavras de solidariedade da central sindical portuguesa CGTP-IN, que se solidarizou com os trabalhadores da construção em geral e os trabalhadores portugueses em particular. É unidos que conseguimos os nossos direitos!



Veja o vídeo do dia de luta em Zurique



Trabalhadores da construção em luta por um bom Contrato Nacional de Trabalho

Sessão Parlamentar da Juventude 2022

Prazer visível em fazer política

Uniformização dos processos de naturalização, melhor informação para a população sobre a doação de órgãos e a reforma do segundo pilar do regime da previdência... Estas são algumas das exigências que os jovens apresentaram a Irène Kälin, Presidente do Conselho Nacional, no âmbito da Sessão Parlamentar da Juventude 2022.

Hilmi Gashi

Depois das sessões especiais dos últimos anos, condicionadas pela pandemia, voltou a realizar-se entre 10 e 13 de novembro deste ano uma Sessão Parlamentar da Juventude. Os representantes dos jovens voltaram a poder debater sobre uma vasta gama de temas que os preocupam. Peritos de várias organizações e deputados apoiaram os participantes no desenvolvimento de petições e ideias de projetos concretos.

Evitar a arbitrariedade na naturalização

Foram apresentadas duas reivindicações relativas à naturalização e à migração: em primeiro lugar, o procedimento de naturalização deve finalmente ser tornado mais uniforme e objetivo, a fim de evitar decisões arbitrárias; em segundo lugar, os jovens propõem uma melhor integração dos refugiados no mercado de trabalho.

Os jovens concluíram também que é necessário adotar outras medidas relativas à doação de órgãos, tendo identificado como prioritária a necessidade de informar bem a população. Numa outra petição, a Sessão da Juventude 2022 apela à abolição dos subsí-

dios à agricultura intensiva, que prejudica a biodiversidade na Suíça. Estas são algumas das exigências aprovadas pelo plenário e entregues à Presidente do Conselho Nacional na hora final da sessão.

Eles podem e querem

Com as suas exigências, os 200 jovens participantes da sessão deixaram claro que conhecem a atualidade política, que sabem informar-se e discutir e que querem assumir responsabilidade pela nossa sociedade. Os participantes, que têm em média 17 anos, demonstraram uma mais vez a sua vontade e capacidade de participar e viver a cidadania – da rua até ao Parlamento Federal.



Os jovens demonstraram capacidade de participação política

25 de novembro: para eliminar a violência contra as mulheres

Combater juntos a violência estrutural

O dia 25 de novembro é o Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres. A violência contra as mulheres tem muitas facetas, sendo a violência estrutural talvez a menos evidente. A origem desta em discriminações e estruturas rígidas de poder social nem sempre é reconhecida.

Emine Sariaslan

A violência estrutural tem a sua origem em estruturas e condições sociais, económicas ou culturais que dependem de e simultaneamente cimentam relações de poder. Ela inclui todas as formas de discriminação, que muitas vezes não é reconhecida como uma forma de violência, mas que resulta em graves desigualdades para as pessoas discriminadas. A distribuição desigual de rendimentos e recursos, as diferentes oportunidades educacionais e expectativas de vida são disso exemplo. A violência estrutural impede que os indivíduos desenvolvam plenamente o seu potencial e as suas possibilidades.

Discriminação múltipla das mulheres migrantes

A violência estrutural não afeta todas as mulheres da mesma forma. As mulheres com antecedentes migratórios são mais afetadas por este tipo de violência, por um lado

devido a dependências e discriminações associadas à situação migratória e, por outro lado, devido ao seu género. Por exemplo, as mulheres com antecedentes migratórios ganham menos do que as suíças, trabalham sob condições precárias, os seus diplomas estrangeiros muitas vezes não são reconhecidos. A discriminação múltipla não só restringe o acesso das mulheres migrantes aos recursos sociais (por exemplo, direitos, educação, independência, etc.), como também tem consequências psicológicas de longo alcance.

Relação entre violência doméstica e violência estrutural

A conexão entre a violência estrutural e violência direta torna-se evidente quando olhamos com atenção para a violência doméstica. Muitas mulheres têm salários baixos, por isso dependem economicamente dos maridos. Por isso também dificilmente

conseguem terminar relacionamentos, mesmo que elas ou os filhos sejam vítimas de violência doméstica. Muitas mulheres de origem migrante obtêm as suas autorizações de estadia para reagrupamento familiar, também nesse aspeto dependem dos maridos. Se se divorciarem, correm o risco de perderem a autorização de estadia. Por isso, muitas mulheres migrantes não ousam divorciar-se, mesmo que sejam vítimas de violência doméstica. Estas dependências, sejam económicas, sejam de outra natureza impedem as mulheres de se libertarem de relações em que haja violência.

Igualdade de género é necessária

Combater a violência contra as mulheres requer igualdade real de género e distribuição igualitária de recursos, assim como leis contra a discriminação.

As formas de violência contra a mulher podem ser:

- Femicídio:** homicídio de mulheres e meninas por causa do género
- Violência sexualizada:** assédio através de palavras, assobios, toques; todos os atos de natureza sexual que não sejam expressamente consentidos, estupro
- Violência física:** golpes, ferimentos
- Violência psicológica:** discurso de ódio online, ameaças, humilhação, stalking
- Violência económica:** proibição de trabalhar, confiscação de salários, desigualdade salarial, pobreza (inclusive na velhice)
- Violência estrutural:** desvantagens no trabalho, discriminação, ser julgado/a e avaliado/a com base no seu género

Entrevista



Dia Internacional dos Migrantes

A 18 de dezembro celebra-se o Dia Internacional dos Migrantes, instituído pelas Nações Unidas no ano 2000 para comemorar a adoção da «Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias». Até agora, nenhum estado da UE/EFTA ratificou esta convenção. Falámos sobre este dia com Emine Sariaslan, migrante, ex-conselheira da cidade Berna e membro do Comité Central do Unia.

Emine, porque é que o Dia Internacional dos Migrantes é importante?

Um dia celebrado internacionalmente pode sensibilizar a sociedade para a importância da migração. Este dia dá-nos a oportunidade de falarmos publicamente sobre os problemas e as oportunidades da migração. Infelizmente, este dia ainda não é suficientemente reconhecido publicamente.

Há muito tempo que acompanhas a situação dos migrantes na Suíça. Como vês o seu desenvolvimento?

Na Suíça, tenho vivido tanto desenvolvimentos positivos como retrocessos. Conseguimos algumas melhorias no mundo do trabalho, como a abolição do estatuto de saisonniers e uma correspondente melhoria de salários e condições de trabalho. Mas há cada vez mais incertezas relacionadas com o direito de estadia. Um/a migrante que perca o emprego corre o risco de perder também a autorização de estadia. Em consequência, os migrantes decidem muitas vezes trabalhar em circunstâncias precárias apenas para evitar a perda do direito de estadia na Suíça. Por outro lado, os empregadores cada vez mais empregam migrantes temporariamente ou em condições precárias. Tudo isto leva ao dumping salarial e a tensões sociais. No final, todos os trabalhadores perdem.

Como vês o papel dos sindicatos?

Há muito pouca consciência dos problemas ligados à migração, mesmo dentro dos sindicatos. Isto apesar de a maioria dos sócios serem pessoas migrantes. Este tema não está suficientemente presente a nível interno. Os sindicatos deveriam colocar muito mais foco sobre este dia. Talvez com mais ações sindicais se pudesse contribuir para melhor consciencializar a sociedade sobre o assunto. Os direitos dos migrantes são direitos humanos e têm de ser entendidos e implementados como tal. Os próprios migrantes precisam de estar conscientes deste facto.

E como vês o futuro?

Vimos repetidas vezes que é necessário lutar com muito empenho e com fôlego por certos direitos. Às vezes o caminho é longo, como vemos no exemplo dos direitos das mulheres. E as conquistas alcançadas são continuamente atacadas e têm, portanto, de ser defendidas. Temos de fazer pressão sobre os políticos para conseguirmos alcançar uma sociedade justa e solidária. Para isso, a discriminação contra os migrantes tem de ser completamente eliminada. No dia 18 de dezembro, a mensagem tem de ser clara: a igualdade de direitos para migrantes não inclui só deveres, os direitos também fazem dela parte!

Marek Wieruszewski

Pergunte, que nós respondemos

Responsabilidade: O meu patrão pode descontar prejuízos do salário?

O meu patrão deduziu-me 200 francos do salário porque o grupo de clientes que eu servi no restaurante não pagou a conta. Depois de terem estado à espera da comida durante mais de hora e meia, os clientes saíram do restaurante sem pagar. Não sinto que tenha feito algo de errado, cuidei deles o melhor que pude. O patrão pode simplesmente deduzir esse dinheiro do meu salário?

Myriam Muff: Não. A responsabilidade dos trabalhadores está definida na alínea e) do art.º 321.º do Código de Obrigações. Assenta em quatro pilares. A responsabilidade só pode ser atribuída ao empregado se houver uma cumulação destes quatro pontos. Se faltar um só que seja, a responsabilidade não pode ser atribuída ao empregado. Estes quatro pilares da responsabilidade são:

1. constatação de uma violação de contrato (pelo trabalhador),
2. existência de danos,
3. uma ligação entre a violação do contrato e os danos
4. culpa da parte do trabalhador (comportamento negligente ou intencional da parte do trabalhador).

No caso concreto, o seu empregador não deve poder provar que o grupo de clientes saiu do restaurante por o senhor não ter cumprido as suas obrigações. Assim, o seu empregador também não pode deduzir do seu salário as bebidas que não foram pagas.

(Work, 4.11.22)

Pensão de viuvez: o AHV-AVS pode cortar a minha pensão?

Tenho 50 anos de idade e sou pai de um rapaz de 23 anos e uma rapariga de 18. A minha filha está a frequentar o terceiro ano da formação profissional. A minha mulher faleceu há quatro anos, vítima de acidente de viação. Desde então recebo uma pensão de viuvez e a minha filha uma de orfandade do AHV-AVS. A pensão de orfandade do meu filho terminou quando ele concluiu a formação profissional. O AHV-AVS informou-me agora que vou deixar de receber a pensão de viuvez porque a minha filha atingiu a maioridade. Mas a pensão de orfandade da minha filha vai continuar a ser paga. O AHV-AVS pode cortar a minha pensão de viuvez?

David Aeby: Não. O art.º 24.º da Lei da Lei relativa ao AHV-AVS prevê que um viúvo só tem direito a uma pensão de viuvez até o filho mais novo completar 18 anos de idade. Mas uma decisão recente do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos acaba de alterar esta regra. Agora os viúvos podem exigir a aplicação das mesmas disposições que anteriormente só se aplicavam às viúvas. Isto significa que as pensões de viuvez não são cortadas quando o filho atinge a maioridade. A partir de agora, em alguns casos, os viúvos na Suíça podem requerer uma pensão nas mesmas condições que as viúvas.

(Work, 21.10.22)

Subsídio de desemprego: Quais são os efeitos da maternidade?

Fiquei grávida quando estava desempregada. Até ao parto, recebi subsídio do seguro de desemprego e depois subsídio de maternidade. Após o parto, tirei licença de um ano para cuidar dos meus filhos (12 anos de idade e um recém-nascido). Por isso deixei de receber o subsídio de desemprego. Agora ando novamente à procura de emprego. Contudo, quando me voltei a inscrever na caixa de desemprego, foi-me dito que não tinha direito a prestações porque não cumpro com o período de contribuição. Isto está correto?



Grávida e à procura de emprego: Uma criança muda muitas coisas. Também quando se trata de seguro de desemprego. (Foto: iStock)

Natasa Jevdenic: Não. Está correto que, para poder receber o subsídio de desemprego, tem de ter cumprido o período de contribuição ou terá de haver uma razão para a isenção desta obrigação. Criar os próprios filhos não faz parte dessas razões. No entanto, se estava desempregada no início da licença de maternidade e decorria ainda um período de enquadramento para receber os subsídios, pode prolongar este período por dois anos quando voltar a inscrever-se. Isto dá-lhe a oportunidade de receber o resto dos subsídios diários que lhe restavam quando deixou de estar inscrita para ficar com a criança. Importante é que a criança para quem tirou a licença familiar ainda não tenha atingido a idade de 10 anos na altura da sua nova inscrição na caixa de desemprego. Além disso, a licença familiar só pode ser reivindicada uma vez por criança e apenas por um dos progenitores. Uma vez que um dos seus filhos tem menos de 10 anos, a regra acima descrita pode ser aplicada e a senhora poderá receber o subsídio.

(Work, 30.9.22)

Boas Festas e um Ano Novo solidário!

Pensões para familiares de pessoas falecidas

Viúva ou viúvo: continua a haver diferenças

Martin Jakob, *workzeitung*, 18 de novembro 2022 (adaptado)

O Tribunal Europeu de Direitos Humanos (TEDH) sentenciou neste outono: o seguro AHV-AVS suíço discrimina os viúvos. O AHV-AVS reagiu com pequenas adaptações. Como funciona este seguro social depois da sentença do TEDH?

O seguro AHV-AVS não concede só pensões de reforma, também concede pensões a familiares de uma pessoa falecida. Cerca de 200 000 pessoas recebem atualmente uma pensão AHV-AVS de orfandade ou de viuvez. Quais são as condições deste seguro social?

Filhos

Os filhos recebem uma pensão de orfandade quando um dos pais morre e duas no caso da morte de ambos os pais. O direito a esta pensão termina quando os jovens atingem os 18 anos ou terminam a sua formação, o mais tardar quando fazem 25 anos.

Parceiros em união de facto

O parceiro sobrevivente numa união de facto não tem direito a pensão de viuvez do AHV-AVS, mesmo que haja um contrato de concubinato. Diferente é o caso da caixa de pensões, cujo regulamento pode prever uma pensão para o parceiro sobrevivente numa união de facto (ver abaixo «Mais proteção»).

E em união registada

Uma união registada só é possível entre pessoas do mesmo sexo. Numa união registada, o ou a parceira da pessoa falecida tem direito a uma pensão de viuvez se tiverem filhos com menos de 18 anos.

Pessoas casadas e com filhos

Uma mulher casada que, no momento do falecimento do marido, tenha um ou mais filhos tem direito a uma pensão de viuvez, independentemente da idade dos filhos. Isto também é válido se o casamento e o(s) filho(s) forem com uma mulher.

Depois da já mencionada sentença do TEDH, a AHV-AVS introduziu alterações provisórias para as pensões de viuvez dos homens. Estas estão em vigor desde o dia 11 de outubro e serão válidas até haver legislação definitiva. Os viúvos passaram a receber uma pensão de viuvez depois de os filhos atingirem a maioridade. Isto é válido para os viúvos que já recebiam uma pensão de viuvez a 11 de outubro de 2022 ou que enviúvem depois desta data. Não incluídos estão os viúvos para quem o fim da pensão de viuvez tenha sido decretado antes de 11 de outubro.

Casados sem filhos

Aqui, o tratamento desigual entre homens e mulheres mantém-se. Se no caso de um casal sem filhos o homem falecer, a viúva recebe uma pensão de viuvez desde que no momento do falecimento tenha completado 45 anos e eles tenham estado casados pelo menos durante cinco anos. Isto também é válido para mulheres em casamentos do mesmo sexo. Pelo contrário, no caso de falecimento da mulher num casamento sem filhos – ou de um homem num casamento entre dois homens – o viúvo não recebe qualquer pensão de viuvez.

Divorciados

Homens divorciados só têm direito a uma pensão de viuvez se tiverem filhos do casamento de que houve divórcio com menos de 18 anos. As mulheres divorciadas, pelo contrário, continuam a ter



Ter ou não ter filhos determina se um homem recebe uma pensão de viuvez

direito a uma pensão de viuvez se:

- os filhos já forem maiores e o casamento tiver durado mais de dez anos
- elas tinham mais de 45 anos no momento do divórcio e o casamento tiver durado mais de dez anos
- elas tinham mais de 45 anos quando o filho mais novo completou 18 anos de idade

Reformados

O direito a pensões de orfandade ou viuvez não muda quando as pessoas chegam à idade da reforma. Mas são feitos novos cálculos. Se alguém tiver direito a uma pensão de reforma e de viuvez ao mesmo tempo, as duas pensões são comparadas e é concedida a pensão mais elevada: a própria pensão de reforma com um suplemento de viuvez de 20% ou só a pensão de viuvez. De qualquer forma, a pensão nunca será superior à pensão máxima para uma pessoa só (2022: 2390 francos).

Mais proteção

Além da AHV-AVS, dois outros seguros sociais prestam contribuições a sobreviventes.

Caixa de pensões

As caixas de pensões têm regras semelhantes ao AHV-AVS. As diferenças mais importantes:

- Viúvas e viúvos têm os mesmos direitos se forem casados ou a união for registada. Ambos recebem uma pensão se tiverem filho(s) a seu cargo ou se tinham 45 anos no momento do falecimento e o casamento ou a união tiver durado mais de cinco anos.
- Dependendo do regulamento da caixa de pensões, os segurados podem também nomear outras pessoas como beneficiários de uma pensão de sobreviventes.

Seguro de acidentes

- O seguro de acidentes profissionais é obrigatório assim que se começa a trabalhar na Suíça, o seguro de acidentes não profissionais é obrigatório para quem trabalha no mínimo oito horas por semana. O seguro de acidentes paga, em caso de falecimento por acidente, uma pensão de sobrevivente ao cônjuge sobrevivente ou ao parceiro de uma união registada. Também aqui as viúvas têm melhores condições do que os viúvos.

Recomendação: Especialmente pares vivendo em união de facto, numa união registada ou sem qualquer ligação contratual fazem bem em informar-se sobre os seus direitos em caso de falecimento do parceiro ou da parceira. Analise, além disso, com cuidado o regulamento da sua caixa de pensões e as suas apólices de seguros.

Qual é o valor das pensões?

O valor das pensões de sobrevivente depende dos valores atuais das pensões de reforma: a pensão de viuvez é 80% da reforma AHV-AVS, a pensão de orfandade 40%. Os valores mínimos e máximos em 2023:

- Pensão de reforma: 1225 a 2450 francos
- Pensão de viuvez: 980 a 1960 francos
- Pensão de orfandade: 490 a 980 francos

Estes valores são válidos caso o Parlamento não aumente as pensões na primavera de 2023.

Impressum: Beilage zu den Gewerkschaftszeitungen work, area, Événement syndical | **Herausgeber** Verlagsgesellschaft work AG, Zürich | **Chefredaktion** Marie-José Kuhn; Événement syndical SA, Lausanne | **Chefredaktion** Sylviane Herranz; Edizioni Sociali SA, Lugano | **Chefredaktion** Gianfranco Helbling | **Redaktionskommission** O. Osmani, E. Sarıaslan, D. Filipović, M. Martin, M. Mendes | **Spracheverantwortlich** Marília Mendes | **Layout** I. Schmieder, Unia | **Druck** CH Media Print AG | **Adresse** Unia Redaktion «Horizonte», Weltpoststrasse 20, 3000 Bern 15, hilmi.gashi@unia.ch

www.unia.ch

UNIA